PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Malas

Após a aprovação pelo Senado da medida provisória que libera o controle de empresas aéreas no Brasil por estrangeiros, na noite desta quarta-feira (22), executivos das companhias dispensavam comemorações e previam, em tom ameaçador, que o preço das passagens pode subir. O setor se indignou porque a redação abrange a volta do despacho gratuito de bagagem. Mas, na prática, trabalha com a expectativa de que o trecho cairá quando o texto chegar para sanção de Bolsonaro.

NO BOLSO A expectativa de que o presidente vetará a mala grátis se baseia no posicionamento do Ministério da Economia, que prefere manter o modelo como é hoje, com a cobrança para quem despacha.

NOVA ROTA Apesar do resto de esperança, executivos de companhias aéreas já discutem como será o cronograma para mudar o preço dos bilhetes. As faixas de tarifas mais baratas, aquelas que permitem ao passageiro viajar sem despachar mala, deixarão de existir.

ARREMETEU Para Guilherme Amaral, sócio do escritório ASBZ, especialista em direito aeronáutico, a iniciativa dos congressistas de resgatar o despacho gratuito das malas "mostra que o trabalho do Legislativo no Brasil ainda é de baixa qualidade e guiado por interesses puramente eleitorais".

ALUGA-SE O volume de espaços para lojas não ocupados em shopping centers, conhecido como vacância, ficou em 4,8% em 2018. Melhorou em relação a 2017 (6%), mas ainda é o mesmo patamar de 2016.

TÍMIDO Apesar do alívio, o cenário está longe de retomar a média registrada na época do boom do consumo, da ordem de 3,8% e 4%, entre 2010 e 2014.

HÁBITO Mesmo em crise, o brasileiro ama shopping. São 490 milhões de visitas ao mês. O país lidera o crescimento no mercado.

VIOLÊNCIA Glauco Humai, presidente da Abrasce (associação do setor), diz que os shoppings ainda representam um local seguro diante da violência das ruas. "Os locais reúnem bancos e serviços que facilitam a rotina, são uma opção ao calor brasileiro e porta de entrada para qualquer inovação comercial", afirma.

CONSTRUÇÃO Em 2018, foram lançados 14 estabelecimentos, um leve avanço em relação aos 12 de ano anterior. O Nordeste liderou o ranking, com cinco inaugurações. O faturamento total cresceu 6,5%, para R$ 178,7 bilhões. A previsão para este ano é de 17 novos empreendimentos. A ver.

VENEZUELA O bilionário Carlos Wizard paralisou a rotina e se mudou para Roraima no ano passado para ajudar no acolhimento de venezuelanos que cruzam a fronteira, mas os negócios continuam. A HUB Fintech, de Wizard, vendeu a Vale Presente, seu negócio de cartões pré-pagos, para outra fintech, a Social Bank.

PRESENTE O plano é dobrar a operação da Vale Presente até o 2º semestre de 2020 e alcançar movimentação de R$ 600 milhões, com 10 mil novas empresas clientes. Wizard também tem participação na Social Bank.

ARTIFICIAL O Brasil, que pleiteia uma vaga na OCDE, aderiu nesta quarta (22) ao programa da organização que dita os primeiros padrões internacionais para a administração responsável de inteligência artificial.

CONSCIENTE O documento inclui recomendações a políticas e estratégias de governos para que as soluções com inteligência artificial respeitem direitos humanos e valores democráticos. Também entraram Argentina, Colômbia, Costa Rica, Peru e Romênia.

ALI Apesar do arrocho, ainda dá para ter férias. Cerca de 80% dos viajantes brasileiros querem fazer ao menos uma viagem doméstica neste ano, segundo a Booking.com. Mas é curta: de 1 a 4 dias.

TELECOM O consórcio Embratel-Claro, vencedor do pregão para o Projeto Pernambuco Conectado II trava batalha pela homologação do resultado. As empresas protocolaram dois novos documentos no Tribunal de Contas do Estado para comprovar a capacidade técnica.

LINHA CRUZADA O consórcio acusa a Oi, atual provedora em Pernambuco, e a Secretaria de Administração de atuarem para barrar a aprovação. A pasta diz que o processo está suspenso para que o TCE examine. A procuradoria de contas avalia os documentos.

ALÔ Procurada, a Oi afirma que repudia a tentativa do consórcio de tumultuar o processo licitatório.

com Paula Soprana e Laísa Dall'Agnol

INDICADORES

JUROS

Maio, em % ao mês

Fonte: Procon-SP

IMPOSTO DE RENDA

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência maio*

Autônomo, empregador e facultativo		
Valor mín. R$ 998	20%	R$ 199,60
Valor máx. R$ 5.839,45	20%	R$ 1.167,89

MEI (Microempreendedor)		
Valor mín. R$ 998	5%	R$ 49,90

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.751,81	8%
De R$ 1.751,82 até R$ 2.919,72	9%
De R$ 2.919,73 até R$ 5.839,45	11%

* O prazo para empresas vence no dia 19/06 e, para pessoas físicas, vence em 17/06

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

	Alíquota	Mínimo em R$	Máximo em R$
Empregado	De 8% a 11%	97,28	642,34
Empregador	20%	243,20	1.167,89

*O prazo para o patrão da doméstica vence no dia 07/06. A guia de pagamento dos patrões inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário

Reforma da Previdência é pouco para a retomada, dizem ex-presidentes do BC

Arminio, Ilan e Meirelles cobram mudanças no sistema tributário, privatizações e desburocratização para incentivar o crescimento

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A aprovação da reforma da Previdência é fundamental para reduzir o risco fiscal do país, mas insuficiente para garantir a retomada sustentável do crescimento, avaliaram nesta quarta (22) três ex-presidentes do Banco Central que participaram no Rio de seminário sobre os 20 anos do regime de metas de inflação.

Arminio Fraga, Henrique Meirelles e Ilan Goldfajn defenderam também a aprovação de lei para garantir a autonomia do Banco Central, como passo adicional para manter o regime de metas, instituído em 1999 no governo Fernando Henrique Cardoso.

"A reforma da Previdência tira peso, mas não dá para a gente olhá-la isoladamente. Tem várias outras questões, elementos que têm que estar dentro do pacote", analisa Goldfajn, que presidiu o BC entre junho de 2016 e fevereiro de 2019, quando transmitiu o cargo ao indicado de Jair Bolsonaro, Roberto Campos Neto.

"Privatizações, reforma tributária, medidas para desburocratizar, tudo isso é relevante e tudo isso está dentro de um pacote que gera aumento da atividade", completou. Ele citou também a abertura comercial como processo que pode contribuir para o crescimento da economia.

Autor de um projeto de reforma da Previdência quando ocupava o Ministério da Fazenda do governo Michel Temer, Henrique Meirelles afirmou que a aprovação no Congresso reduz o risco fiscal e, como consequência, o custo de financiamentos no país, o que ajudará a impulsionar a economia. "Agora, é evidente que não é a única coisa. Isso é uma base para dar estabilidade fiscal", ponderou.

Meirelles ressaltou que o Brasil precisa adotar medidas para melhorar a produtividade, dando como exemplo estudo do Banco Mundial que coloca o país no fim da lista entre os melhores lugares para fazer negócios.

"Não há dúvida de que temos que fazer a base, que é o equilíbrio macroeconômico. A partir daí, podemos endereçar as demais questões que levam a maior produtividade e, portanto, a maior crescimento."

Para Fraga, que presidiu o BC no segundo governo FHC, a reforma da Previdência tem efeitos no crescimento de curto prazo, considerando a situação da economia. "Está tudo parado, tudo travado, e acho que seria um grande avanço aprovar essa reforma, especialmente com os números que estão sendo considerados."

A mudança nas aposentadorias, diz, criaria espaço para reversão de expectativas, mas deve ser seguida por outras reformas. "[A Previdência] seria uma primeira grande reforma, mas certamente não resolve o problema."

Fraga defendeu também a "reconstrução" da Lei de Responsabilidade Fiscal, que, na sua opinião, foi "desmoralizada" nos últimos anos. "O Brasil entrou numa trajetória de desgoverno fiscal absolutamente insustentável."

Na comemoração dos 20 anos do regime de metas de inflação, os ex-presidentes do BC concordaram que o modelo estabelecido em 1999 está consolidado após resistir a diversas crises econômicas e pressões políticas.

"Ele sobreviveu a muitos altos e baixos", disse Fraga. "Acho que uma grande vantagem do sistema é sua simplicidade, a transparência que ele dá, a clareza para as pessoas que essa é uma missão do governo."

> **Privatizações, reforma tributária, tudo isso é relevante e tudo isso está dentro de um pacote que gera aumento da atividade**
>
> **Ilan Golfajn**

> **Não há dúvida de que temos que fazer a base, que é o equilíbrio macroeconômico. A partir daí, podemos endereçar as demais questões que levam a maior produtividade e, portanto, a maior crescimento**
>
> **Henrique Meirelles**

> **[A Previdência] seria uma primeira grande reforma, mas certamente não resolve o problema**
>
> **Arminio Fraga**

Eles ressaltaram, porém, que não é papel do Banco Central estimular o crescimento econômico, mas sim "suavizar ciclos".

Sistema de repartição leva a mais suicídios, afirma Guedes

BRASÍLIA O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta quarta (22) que o sistema de repartição da Previdência Social brasileira causa muito mais suicídio do que o de capitalização adotado no Chile.

A defesa das mudanças na aposentadoria foi feita em seminário realizado pelos jornais Correio Braziliense e Estado de Minas, em Brasília. Guedes rebatia críticas de que a adoção da capitalização pelo Chile levou a um aumento dos suicídios entre os idosos.

"Ah, mas no sistema chileno todo o mundo se suicida...é mentira. Suicida-se mais no Brasil do que lá. O sistema de repartição causa mais suicídio do que o sistema de capitalização. Suicida-se mais aqui do que lá. E muito mais em Cuba, mais do que aqui e mais do que lá", afirmou o ministro.

Guedes também atacou o que chamou de lobby contrário à reforma, realizado, segundo ele, por aqueles que têm dinheiro e querem manter os privilégios do sistema atual. "É evidente que o lobby contra está aqui em Brasília, em torno do prédio [do jornal]. Não é o Brasil que está contra a reforma da Previdência, é Brasília que está contra", disse. "E é importante entender isso. E tem dinheiro, muito dinheiro em publicidade contra, gente recebendo congressistas com faixa, mobilização para garantir privilégios usando os frágeis de escudo." **Thiago Resende e Danielle Brant**

Governo usa R$ 2,2 bilhões de reserva orçamentária para evitar novos bloqueios

Danielle Brant

BRASÍLIA O governo federal vai usar recursos da reserva orçamentária para desbloquear parte do dinheiro da educação que havia sido contingenciada. A medida foi anunciada nesta quarta (22), uma semana após os protestos que levaram manifestantes a mais de 170 cidades do país.

Ao fim do primeiro bimestre, a reserva orçamentária somava R$ 5,372 bilhões. O governo vai usar R$ 2,166 bilhões desse valor para cobrir uma frustração de receita com o menor crescimento da economia. Além disso, destinará R$ 1,587 bilhão para recompor recursos bloqueados no Ministério da Educação e mais R$ 56,6 milhões para o Ministério do Meio Ambiente.

Usando a reserva, o governo contornou novo bloqueio de verbas orçamentárias, que inflamou protestos na semana passada.

Segundo o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, a decisão de não realizar novo congelamento partiu do Executivo.

Quando lhe foi perguntado por que o governo decidiu usar só agora a reserva, Rodrigues diz que o recurso seria insuficiente para cobrir a necessidade de contingenciamento anunciada em março. "Não daria conta. Na reprogramação do segundo bimestre, os R$ 2,1 bilhões foram absorvidos na íntegra dentro do colchão."

O objetivo desses recursos é acomodar choques decorrentes das flutuações de receitas e despesas. O secretário afirma que a reserva pode ser reconstituída a qualquer momento, conforme melhora a arrecadação do governo.

A estimativa para a receita primária divulgada nesta quarta aumentou em R$ 711 milhões, totalizando R$ 1,545 trilhão. Já a projeção para despesas recuou em R$ 1,2 bilhão, a R$ 1,411 trilhão.

Ele também não descartou lançar mão do recurso novamente, se a situação piorar.

Na revisão de parâmetros, a projeção para o PIB foi reduzida de 2,2% para 1,6% neste ano — para 2020, houve outra redução, de 2,7% para 2,6%.

A equipe econômica também passou a ver mais inflação, com o IPCA subindo de 3,8% para 4,1% em 2019.

Ainda assim, a projeção para o PIB feita pela equipe econômica se manteve abaixo das expectativas de mercado. Nas últimas 12 semanas, a previsão para o crescimento econômico neste ano foi reduzida e, agora, está em 1,24%.

> **1,6%**
> **é a nova previsão de alta do PIB do governo federal; a estimativa anterior era de 2,2%**

> **4,1%**
> **é a estimativa revisada para ao inflação (IPCA) no ano; a previsão anterior era de 3,8%**

Enquanto isso, a cessão onerosa, uma das apostas para melhorar a arrecadação do governo, permanece cercada de incertezas. Embora o secretário afirme que a questão está avançando a passos sólidos, o governo precisa do aval do Congresso para poder pagar à Petrobras pelos recursos obtidos com o leilão das áreas do pré-sal, que deve ocorrer no final de outubro. O valor em questão soma US$ 9,058 bilhões.

Para a União, o valor arrecadado no leilão com bônus de assinatura e receita primária direta deve chegar a R$ 106,6 bilhões. Sem a aprovação do Congresso, o governo corre o risco de descumprir a regra do teto de gastos.

"Estamos dialogando com o Congresso, parte imprescindível para chegarmos a bom termo todos os aspectos ligados à cessão onerosa.", afirmou.

A inclusão da questão em uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) já em tramitação é negociada com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Leia mais na pág. B2